

FMI apóia, mas vai vigiar mais as contas do País

Michel Camdessus mostra, em atmosfera ruim, satisfação com as metas do governo

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON – O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, declarou-se “pessoalmente satisfeito”, ontem, com as conversas, no fim de semana, entre os técnicos da instituição e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e sua equipe. “As discussões foram abrangentes e construtivas e propiciaram esclarecimentos úteis sobre a posição da política econômica das autoridades brasileiras”, disse.

O Banco Mundial também aplaudiu a intenção declarada do governo de perseverar na execução do plano de estabilização fiscal e anunciou a disposição de antecipar recursos. Malan vai conversar por telefone com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Robert Rubin, antes de regressar ao Brasil.

Camdessus disse que acolheu bem “a reafirmação da consolidação fiscal como principal prioridade do governo brasileiro, com as medidas estruturais e de privatização que que são parte do programa acordado com o Fundo”. Ele informou que uma missão do FMI irá “prontamente” a Brasília para iniciar a revisão do programa, que estava inicialmente prevista para o fim de fevereiro, e estabelecer “um novo quadro macroeconômico fiscal e monetário”.

Pouco antes, Malan divulgara uma declaração de sete pontos na qual reafirmara esses mesmos pontos. O ministro discutiu o teor de sua declaração com Camdessus ontem pela manhã, antes de torná-la pública.

Apesar do tom cautelosamente positivo de Camdessus, a primeira frase de sua declaração traiu a atmosfera tensa na qual se deram as consultas, deixando implícita a perda de credibilidade que o governo

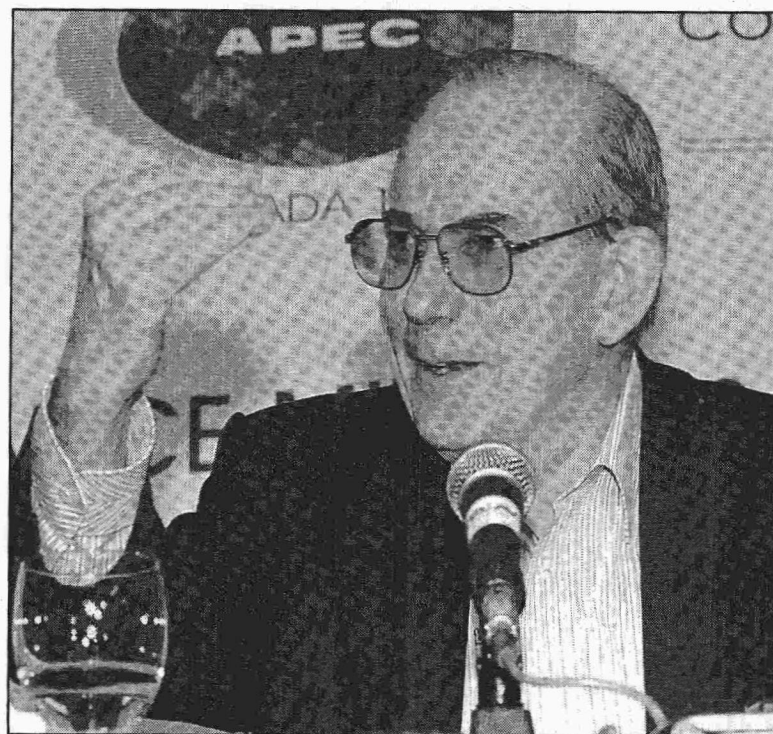
brasileiro sofreu com seus interlocutores em Washington ao iniciar, sem consulta prévia, a mudança do regime cambial que reacendeu a crise financeira internacional e inutilizou os termos do acordo que o País e o Fundo fecharam há menos de dois meses. “Eu confirmo, no que diz respeito ao FMI, a declaração do ministro Malan”, afirmou Camdessus, procurando enfatizar a importância de seu aval.

A afirmação de Camdessus assinala, também, sua conquista de espaço dentro do Fundo na condução dos programas de estabilização voltados para evitar o contágio das crises financeiras globais. Esses programas estavam sob a responsabilidade direta do vice-diretor-gerente, Stanley Fischer, um economista que tinha maior prestígio do que Camdessus como formulador das políticas do FMI. Fischer, que bancou o programa brasileiro dentro do FMI e perdeu a aposta, é hoje figura em declínio na instituição.

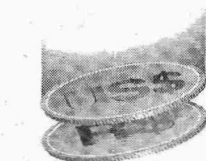
Embora, em tese, a necessidade de recursos externos do Brasil tenha diminuído sob o novo regime cambial, confirmada pelo próprio ministro da Fazenda, ontem, numa entrevista coletiva, o monitoramento do FMI sobre a economia brasileira aumentará.

Numa concessão fadada a causar novos problemas políticos para o governo, Malan anunciou que “as autoridades brasileiras estabelecerão procedimentos novos e mais intensos de consulta contínua com o Fundo, incluindo a proposta de abertura, em futuro próximo, de uma representação permanente do Fundo em Brasília similar à do Banco Mundial, Banco Interamericano e outras organizações internacionais”.

O presidente do Banco Mundial (Bird), James Wolfensohn, também



Michel Camdessus: missão do Fundo preparada para revisar o acordo



BIRD DEVE
LIBERAR NOVA
PARCELA DE
CRÉDITO

registrou seu apoio ao governo brasileiro, manifestando-se pronto a iniciar consultas com Brasília para acelerar o desembolso de uma parte dos US\$ 4,5 bilhões que concedeu ao Brasil, além de mais de US\$ 1 bilhão aprovado na semana passada. Os recursos do Bird são parte do crédito de US\$

41,5 bilhões que o País obteve da comunidade financeira internacional. Mas a declaração de Wolfensohn foi feita de forma a deixar claro que a rigorosa execução da política fiscal é a condição também para o apoio do Bird. “Recebemos, com agrado, as garantias de que o presidente Fernando Henrique Cardoso continua inteiramente comprometido em levar a cabo os elementos restantes do programa, que o apoio no Congresso para a aprovação das poucas, mas importantes, medidas

ainda não votadas está fortalecido e a grande maioria dos governadores estaduais já declarou apoio ao programa”.

Malan esclareceu que não chegou a discutir com o FMI uma antecipação da segunda parcela do crédito de US\$ 41,5 bilhões que a instituição concedeu ao País, por conta do acordo de estabilização que precisa agora ser totalmente revisto. Essa hipótese havia sido mencionada sábado pelo secretário-executivo da Fazenda, Amaury Bier, que acompanhou Malan, provavelmente num esforço de desviar a atenção da difícil missão de explicação que o governo foi obrigado a fazer em Washington.